

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N.º de 2019

(Do Sr. AIRTON FALEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a contribuição das Comunidades Tradicionais invisibilizadas na proteção da biodiversidade brasileira e na manutenção do clima.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Audiência Pública debater a contribuição das Comunidades Tradicionais invisibilizadas na proteção da biodiversidade brasileira e na manutenção do clima.

Para participar da Audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Sra. Claudia Sala Pinho Presidenta da Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- Sr. Joaquim Belo, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas

- Sra. Lidiane Taverny Sales – Representantes das Comunidades Tradicionais autodenomidas Retireiras do Araguaia do bioma

- Sr. Wilson Rocha Fernandes Assis - Procurador da República do 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Anápolis da Área de atuação Criminal, Cível - Tutela Coletiva, PFDC e Membro da Coordenação da Plataforma de Territórios Tradicionais do Brasil.

- Sra. Isabel Figueiredo, Coordenadora do Programa Cerrado e Caatinga, representando o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)

- Sr. Alfredo Wagner, representante do Representante do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)

JUSTIFICATIVA

O Brasil tem em seu território uma sociodiversidade de comunidades tradicionais que interagem com seus territórios de uso comum garantindo a reprodução social, cultural e física e contribuindo com a preservação da biodiversidade nos diversos biomas brasileiros.

O nosso arcabouço de proteção dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) definem como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Diante disso temos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais, estas últimas boa parte, invisibilizadas, e seus territórios de uso comum sob pressão, inseridos em conflitos fundiários, agrários, minerais e pelo controle dos recursos aquáticos, impactados por obras de infraestrutura anunciadas, em fase de construção e ou já construídas como estradas, ferrovias, hidrelétricas, plantas de mineração, ou até mesmo concessões florestais entre outras.

Hoje o Brasil já reconhece a existência das comunidades tradicionais dos povos e comunidades¹ de terreiro/povos e comunidades de matriz africana, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, morroquianos, povo pomerano, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros e caboclos.

É necessário ter garantias, reconhecimento, fortalecimento dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

No Brasil algumas categorias de territórios abrigam comunidades tradicionais dentre elas Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Florestas Nacionais no ambiente do Sistema Nacional de Unidades de Conservação², assentados em projetos ambientalmente diferenciados, Projeto Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Florestal (PAF) oriundos da legislação da reforma agrária no Brasil, além de outras formas que estão sendo adotadas para buscar o mínimo de garantias de proteção aos territórios, uma delas é a proposta de inserir no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), o Cadastro Ambiental Rural de áreas coletivas (CAR – Coletivo)³⁴.

Em 2015, o GEF - Small Grant Programme (SGP)⁵, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentou a iniciativa global para apoiar os territórios de povos indígenas e comunidades locais que conservam a biodiversidade em áreas de uso comum (TICCA-GSI) como da iniciativas estratégicas da Fase Operacional 6 do GEF.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

³ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/car-nao-leva-em-conta-a-realidade-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>

⁴ <http://www.forestal.gov.br/documentos/publicacoes/1678-cadastro-ambiental-rural-car-orientacoes-basicas/file>

⁵ <https://sgp.undp.org/>

O objetivo principal da iniciativa global é expandir a escala e a qualidade de tipos diversos de governança de áreas protegidas e de meios de subsistência sustentáveis de povos indígenas e de comunidades locais, fortalecendo capacidades de gestão e proteção e a sustentação aos seus territórios por meio das TICCAs.

Estas ações desejam contribuir com o alcance dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998⁶ e as metas de Aichi⁷, principalmente às Metas 11, relativa ao aumento de áreas protegidas utilizada por comunidades tradicionais e a meta 14, relativa à proteção de serviços essenciais do ecossistema; e 18 relativa à proteção de conhecimento tradicional.

Diante disso solicitamos a audiência pública para discutir e encaminhar ações, políticas e legislação que possam garantir uma maior proteção aos territórios de uso comum das comunidades tradicionais presentes no territórios brasileiro.

A solicitação da audiência pública aqui exposta, terá os seguintes momentos: Ouvir representantes das comunidades tradicionais sobre a situação das garantia e proteção de seus territórios, ouvir autoridades públicas sobre estratégias de proteção aos territórios e juntar elementos para discutir formas e garantias aos direitos das comunidades tradicionais.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para, juntos, aprovarmos o Requerimento em tela e para debatermos o presente assunto de grande relevância para o país.

AIRTON FALEIRO
Deputado Federal
PT-PA

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm

⁷ <https://www.wwf.org.br/informacoes/bliblioteca/?29462/Metas-de-Aichi-Situacao-actual-no-Brasil#>

Lista de Convidados e seus endereços de contato:

- Sr. Raimundo Jean Feitosa Rocha da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós – COOMFLONA; - coomflona@hotmail.com

- Sr. Manuel Amaral Neto do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); - manuel@iieb.org.br

- Sr. Deryck Martins - Diretor Executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Florestais (Confloresta) - deryckmartins@gmail.com

- Senhores Geraldo Bento e Hélio Oliveira Pinto Junior do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal;

helio.oliveira@unifloresta.org.br

Sra. Laura de Santis Prada do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA)

Sr. Iran Pires - Secretário Executivo do Instituto Floresta Tropical (IFT) - iran@ift.org.br

Sr. Mauro Armelim Diretor dos Amigos da Terra - mauro@amazonia.org.br

Sra. Aline Tristão Bernardes – Diretora Executiva do Forest Stewardship Council (FSC) Conselho de Manejo Florestal - aline@fsc.org.br

Sr. Prof. Dr. Edson Vidal – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP) - edson.vidal@usp.br

Sr. Pesquisador Dr. Evandro Orfano Figueiredo – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Acre. - evandro.figueiredo@embrapa.br

- Sr. Valdir Colatto - Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Jaine Ariély Cubas Davet - Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Adalberto Eberhard – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

- Sr. Eduardo Fortunato Bim - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

- Sr. Germano Luiz Gomes Vieira – Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)
- Sra. Denise Hamú – Representante da ONU Meio Ambiente -
- Sra. Daniela Lerda da Climate and Land Use Alliance (CLUA) - d.lerda@fordfoundation.org
- Sr. Valdecir José De Souza Tose - Presidente do Banco da Amazônia S/A
- Sr. Gustavo Montezano Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social